

Nova Friburgo, 03 de outubro de 2023.

Ofício Gabinete nº 150/2023.

Ref.: Substitutivo ao Projeto de Lei Ordinária Municipal nº 300 de 2023.

**Excelentíssimo Senhor Presidente,**

Cumprimentando-o, cordialmente, sirvo-me do presente para apresentar, conforme as normas regimentais, Substitutivo ao Projeto de Lei Ordinária nº 300 de 2023, o qual versa sobre alterações pontuais na Lei Municipal nº 4.612 de 21 de dezembro de 2017.

Com efeito, busca o Poder Executivo Municipal atualizar a legislação de regência para fins de melhor versar o erário, permitindo uma maior utilização destes valores junto ao órgão de assessoramento jurídico do Poder Executivo, que volta o seu labor em favor de todas as Secretarias Municipais.

Inclusive, de se ressaltar que o aprimoramento da legislação que versa sobre o Fundo Especial da Procuradoria-Geral tem o desiderato de conferir ao referido órgão uma maior autonomia financeira e administrativa, podendo exercer o seu *mínus* de maneira independente, por via dos seus próprios recursos, em privilégio o disposto no art. 207 da Lei Orgânica Municipal (Lei Municipal nº 4.637/18).

Ademais, o Poder Executivo Municipal, por intermédio desta alteração legislativa, pretende incluir o programa de residência jurídica nos átrios da Procuradoria-Geral do Município, permitindo que bacharéis em direito complementem os seus estudos junto ao órgão de assessoramento jurídico do Poder Executivo Municipal, aprimorando a prestação do serviço público a população friburguense e permitindo uma melhor organização administrativa do órgão, com uma melhor distribuição de acervo entre os agentes públicos lá lotados.

Dessa forma, pelas razões expostas, requeiro a autuação do Presente Substitutivo ao Projeto de Lei Ordinária nº 300 de 2023 e sua submissão ao Douto Plenário desta Egrégia Casa Legislativa, nos termos da Lei Orgânica Municipal, a fim de que seja possível a alterações pontuais na Lei Municipal nº 4.612 de 21 de dezembro de 2017.

Palácio Barão de Nova Friburgo, 03 de outubro de 2023.

**JOHNNY MAYCON**

**PREFEITO**



**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 300 DE 2023**

**“Altera a Lei Municipal nº 4.612, de 21 de dezembro de 2017, e dá outras providências.”**

A **CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO** decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Municipal:

**Art. 1º.** Fica alterada a redação do inciso I do art. 2º da Lei Municipal nº 4.612, de 21 de dezembro de 2017, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º. ....

I - custeio da despesa com pessoal lotado na Procuradoria-Geral do Município e a concessão ou distribuição de benefício de natureza alimentar, de caráter indenizatório, aos Assistentes Jurídicos e Procuradores do Município efetivos, lotados na Procuradoria-Geral e no exercício específico da função no contencioso judicial

(...)

IV - o incentivo ao desempenho dos Assistentes Jurídicos efetivos, dos Procuradores do Município e servidores técnico-administrativos lotados na Procuradoria-Geral do Município;

V - o recebimento, na qualidade de depositário, o rateio e repasse de honorários advocatícios devidos e de titularidade dos Assistentes Jurídicos e dos Procuradores do Município, na forma do art. 5º desta Lei;”.

**Art. 2º.** Acrescenta o §3º ao art. 2º da Lei 4.612 de 21 de dezembro de 2017, com a seguinte redação:

“Art. 2º .....

§3º. Em caso de insuficiência de recursos do Fundo Especial da Procuradoria-Geral do Município para o pagamento das despesas com pessoal, na forma do inciso I do caput deste artigo, o valor remanescente deverá ser suportado pela

conta única do Tesouro Municipal, sem prejuízo de ressarcimento futuro em caso de superávit apurado ao término do exercício financeiro.”

**Art. 3º.** Fica alterada a redação do § 5º do art. 11 da Lei Municipal nº 4.612, de 21 de dezembro de 2017, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11. ....

§ 5º Fica vedada a utilização da receita do FEPM em despesas com contratação de pessoal, excetuando-se os as hipóteses insculpidas nesta Lei e os casos de contratação de estagiários de direito e de residentes jurídicos para atuação junto a Procuradoria-Geral do Município, na forma do artigo 13 desta Lei.”

**Art. 4º.** Fica alterada a redação do *caput* e dos parágrafos do art. 13 da Lei Municipal nº 4.612, de 21 dezembro de 2017, passando a vigorar com a seguinte redação, acrescido do seu § 4º:

“Art. 13. O Procurador-Geral do Município poderá criar vagas de estagiários de direito e residentes jurídicos para atuar na Procuradoria-Geral do Município, mediante prévia aprovação em processo seletivo, promovido pela Procuradoria-Geral, pela Administração Pública Municipal ou por intermédio e/ou integração de Instituições Públicas ou Privadas, idôneas, com ou sem fins lucrativos.

§ 1º Constitui requisito para o exercício do estágio forense na Procuradoria-Geral do Município a inscrição no quadro de estagiários da Ordem dos Advogados do Brasil.

§ 2º Constitui requisito para o exercício da residência jurídica na Procuradoria-Geral do Município ser bacharel em direito, inscrito ou não no quadro de advogados da Ordem dos Advogados do Brasil;

§ 3º O Estagiário e o Residente Jurídico em exercício na Procuradoria-Geral do Município farão jus à bolsa e ao auxílio transporte custeados pelo Fundo Especial da Procuradoria-Geral, em valores compatíveis com os praticados pelos Órgãos Jurídicos de outras entidades de natureza

§ 4º A Bolsa e o auxílio de que tratam o parágrafo anterior serão fixados através de Portaria expedida e publicada pelo Procurador-Geral, mediante prévia e regular apuração da compatibilidade a que se refere o parágrafo anterior em processo administrativo e de acordo com a legislação vigente”.

**Art. 5º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Barão de Nova Friburgo, 03 de outubro 2023.

**JOHNNY MAYCON**  
**PREFEITO**

